ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025

Visando o cumprimento da legislação em vigor, Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, §4º, os representantes dos Poderes Executivo (Prefeitura, Fundação e Autarquias Municipais) e do Poder Legislativo, inclusive Comissão de Finanças e Orçamento, realizam audiência pública eletrônica referente à avaliação das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2025 (setembro a dezembro), em formato virtual, contendo as informações preparadas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelas entidades da Administração Indireta, através da disponibilização de arquivo de vídeo, aos treze dias do mês de fevereiro de 2026, às 18 horas. A apresentação eletrônica permanecerá disponível a partir desta data para consulta no link http://edemocracia.camaraindaiatuba.sp.gov.br/, permitindo o amplo acesso em quaisquer dias e horários. Foram estabelecidas as seguintes diretrizes para a realização da audiência: a) que os representantes das entidades realizariam previamente a gravação de suas apresentações, e que, em seguida, o vídeo da audiência, seria disponibilizado no *site* da Câmara Municipal de Indaiatuba; b) que este canal também seria disponibilizado para suprir todas as informações necessárias para a participação dos munícipes – perguntas, comentários ou sugestões, sendo exigida a identificação dos munícipes cidadãos, com nome completo, instituição que representam ou o bairro onde moram; c) que conteúdos anônimos, ofensivos ou que não guardassem relação com o tema em debate seriam descartados; e, d) que as dúvidas ou contribuições também poderiam ser encaminhadas até o dia 06 de março para o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, devendo limitar-se exclusivamente ao tema da audiência. O convite para participação da população na audiência foi divulgado em diversas edições da Imprensa Oficial do Município, bem como nos "*sites*" da Prefeitura e da Câmara Municipal. A Srta. Paula Fernanda Sciamarelli, Secretária Adjunta da Fazenda, representante da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, iniciou a apresentação geral da audiência, explicando que juntamente com os representantes das Autarquias SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos e SEPREV – Serviço de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Indaiatuba e da Fundação Indaiatuba de Educação e Cultura – FIEC, iriam expor os dados relativos a avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2025 (setembro a dezembro), de acordo com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esclarecendo que os dados apresentados nas audiências anteriores: 1º e 2º quadrimestres, se tratavam de dados parciais e que somente nesta audiência de avaliação das metas do 3º quadrimestre, seria possível determinar o atingimento ou não das metas de forma definitiva, por abranger os dados de todo o exercício de 2025. Explicou, ainda, que a apresentação quadrimestral dos dados tem como finalidade o acompanhamento das metas fiscais estabelecidas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual), para avaliar o seu comportamento e para fins de tomada de decisão quanto a necessidade de adoção de providências a tempo de corrigir qualquer desvio que possa comprometer o atingimento das metas e o equilíbrio das contas públicas. Acrescentou que as metas de receita e despesa seriam demonstradas individualmente por cada entidade expositora (Prefeitura, Autarquias e Fundação) e que à Prefeitura, enquanto órgão consolidador do Poder Executivo, caberia ainda a apresentação das informações relativas a Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa de Pessoal, Resultados Primário e Nominal e Endividamento de forma consolidada. Inicialmente citou as peças de planejamento e os normativos que antecedem a execução orçamentária para demonstrar a origem das metas fiscais quadrimestrais e para explicar que quando o orçamento é aberto em janeiro, o valor estimado não se encontra disponível na conta da Prefeitura, mas que ele é fruto de uma arrecadação diária que será realizada durante o ano todo e que, periodicamente tem que ser avaliada quanto a sua concretização ou não, para assegurar o equilíbrio das contas públicas, sendo portanto, a receita, a grande variável que vai determinar alguma providência/intervenção por parte da Administração, porque para cada real de receita prevista, existe um real fixado na despesa, avalizando a sua execução. Citou o decreto de programação financeira, editado logo após a aprovação do orçamento de 2025, com o desdobramento mensal das metas de receita e despesa e, cuja soma dos valores mensais resulta nas metas quadrimestrais, metas estas que são avaliadas

nas audiências quadrimestrais, para determinar a necessidade ou não de adoção de alguma providência a fim de evitar o desequilíbrio das contas e o déficit financeiro. Na sequência, comparou a receita realizada com a receita programada no quadrimestre, demonstrando um excesso de arrecadação em todos os meses do quadrimestre analisado em relação aos valores previstos nas peças de planejamento, de forma que a meta foi não somente atingida como também superada, assim como em todo o exercício. Salientou que o resultado é favorável e vem de encontro com o trabalho de planejamento realizado, que é feito de forma conservadora, a fim de que as metas sejam efetivamente cumpridas e se houver alguma divergência, é muito melhor que resulte em sobra do que em falta de recursos. Em seguida, apresentou os dados relativos à receita e a despesa da Prefeitura, demonstrando a arrecadação, os gastos e o resultado no exercício, por categoria econômica: Receitas Correntes e Receitas de Capital, totalizadas em recursos vinculados e não vinculados, comparando todas as informações com os resultados obtidos nos exercícios de 2023 e 2024, em valores e em percentuais. Ressaltou, porém, que o excesso de arrecadação não pode ser confundido com livre disponibilidade financeira, que necessita de um gerenciamento muito cauteloso. Comentou também que, embora haja um esforço de aprimoramento do planejamento a fim de que os valores arrecadados coincidam ou se aproximem cada vez mais dos valores previstos, existem diversas variáveis que influenciam a arrecadação, tanto para mais quanto para menos. Entre as justificativas para a superação da meta da receita estão: uma previsão conservadora em função do cenário econômico no momento da elaboração do orçamento, fatos econômicos, manutenção da taxa Selic em níveis elevados, ingresso de receitas não previstas, nível de inadimplência, insegurança jurídica com alteração nas legislações ou nos critérios de rateio dos recursos. Informou que boa parte do excesso vinculado decorre da elevação do valor das transferências do Governo do Estado para a área da saúde e da necessidade de maior vinculação de recursos do Tesouro para a área da educação, enquanto para os recursos não vinculados as receitas de aplicações financeiras, por conta da manutenção da taxa de juros Selic em níveis elevados, enquanto no momento da elaboração do orçamento vigente era esperada a sua redução e controle inflacionário. Também destacou o bom desempenho do ISSQN que é a receita de competência tributária municipal com maior potencial de crescimento e do ITBI. Exemplificou uma outra situação, em que a Administração pode receber recursos vinculados a realização de uma ação específica e não conseguir realizar a despesa associada a este recurso até o final do exercício por conta do andamento do processo licitatório, sendo que, nesta situação, o excedente da receita está comprometido com despesas que já estão em andamento, e somente não foram registradas no exercício de 2025 por conta dos procedimentos legais, chamando a atenção para o risco de conclusões precipitadas sobre a situação de excesso de arrecadação e quanto a necessidade de conhecimento profundo e interpretação correta das informações, porque a execução orçamentária é dinâmica. Destacou também a responsabilidade da Prefeitura em não gastar o valor total que arrecada em razão de suas responsabilidades perante as demais entidades integrantes do orçamento municipal. Prosseguindo, explanou sobre a meta de despesa que foi acrescida em função das alterações orçamentárias realizadas e avalizadas pelo excesso de arrecadação ou superávit financeiro, que permitem que a despesa empenhada supere a receita arrecadada durante a execução orçamentária, pois se a Administração arrecadou mais, obviamente precisará realizar despesas a maior para utilizar os recursos provenientes tanto do excesso de arrecadação como eventual saldo de exercícios anteriores, de forma que a meta também foi atingida, estando plenamente satisfeito o requisito do equilíbrio das contas em termos de receita e despesa no encerramento do exercício de 2025. Referente ao anexo de Balanço que traz o resultado orçamentário, reforça que na comparação entre a receita apurada e despesas efetivadas, não são computadas as despesas realizadas pelas entidades integrantes do orçamento municipal com os valores recebidos da Prefeitura, como a Câmara que não possui receitas e há obrigações perante outras entidades (SAAE, SEPREV e FIEC) com recursos do Tesouro, de forma que o demonstrativo não apresenta a informação real do resultado da disponibilidade de recursos orçamentários da Prefeitura de forma isolada, apesar de ser um modelo oficial, demandando a análise conjunta com outros demonstrativos e ajustes para obtenção dos resultados orçamentário e financeiro. Em

seguida, apresentou a composição da receita e da despesa em gráficos, planilhas com valores e percentuais, para ilustrar a importância de cada grupo de receita no total do orçamento municipal, explanando ainda sobre os estágios da despesa pública: empenhada, liquidada e paga. Destacou que as maiores fontes de receitas decorrem das Transferências Correntes originadas dos governos estadual e federal e das receitas próprias de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, seguidas pela Receita Patrimonial, que engloba as aplicações financeiras, explicando brevemente sobre as caraterísticas de cada uma delas, sobre a sazonalidade algumas receitas como o IPTU e o IPVA, que podem ocasionar uma concentração maior da arrecadação no 1º Quadrimestre, principalmente quando o contribuinte opta pelo pagamento em parcela única do IPTU, possibilitando a aplicação dos recursos enquanto não utilizados. Em relação as despesas, informou que as maiores despesas se concentram na manutenção dos serviços públicos e nas despesas com Pessoal e Encargos, justificando que a despesa com Pessoal e Encargos tende a ser uma das mais representativas no orçamento público, pois o serviço público é prestado, majoritariamente, por servidores públicos e como a execução das políticas públicas — nas áreas de saúde, educação, segurança, assistência social e administração — depende diretamente da atuação desses profissionais, é natural que os gastos com pessoal tenham peso significativo nas contas públicas, e, em seguida, aparecem as despesas com Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, destacando a importância da parceria com o terceiro setor para a execução das políticas públicas. Dando continuidade à apresentação, elencou as despesas da Prefeitura no exercício de 2025, segregadas de acordo com a sua categoria econômica (corrente ou capital) e também em função do estágio da despesa (empenhada, liquida e paga), fornecendo uma breve explicação sobre cada termo técnico. Esclareceu que a despesa empenhada no início do ano possui um valor elevado devido aos empenhos globais e estimativos, que serão liquidados e pagos durante decorrer do exercício, a medida em que os serviços forem prestados ou os produtos entregues, detalhando também as informações por grupo de natureza de despesa. Ressaltou que no orçamento da Prefeitura, entre as metas de receitas e despesas, há um desequilíbrio, uma vez que uma parte da receita da prefeitura é destinada as transferências às entidades integrantes do orçamento do município, e que as despesas ocorrem no orçamento de cada entidade, ou seja: parte dos recursos arrecadados pela Prefeitura são transferidos para outras entidades integrantes do orçamento municipal, de forma que a Prefeitura não pode gastar todo o valor que arrecada, sendo necessário reservar parte dos recursos para as despesas da Câmara Municipal, para a FIEC, para o SEPREV e eventualmente para o SAAE, apresentando, na sequência, os valores transferidos a cada uma delas durante o exercício de 2025 e comparando com os valores transferidos no exercício de 2024, inclusive por quadrimestre. Ainda sobre a despesa, compartilhou o quadro das despesas empenhadas por secretaria, destacando as secretarias finalísticas e prioridades constitucionais (saúde e educação) com maior representatividade. Fez uma análise quadrimestral e anual da arrecadação por categoria econômica (corrente e capital) e sobre o excesso de arrecadação, sempre comparando com o exercício anterior e explicando as diferenças observadas entre a projeção e a execução das receitas de capital por conta da operação de crédito do FONPLATA, que acabou se concretizando com valores inferiores aos planejados, alterando, portanto, os resultados previstos. Em relação as receitas correntes, explicou que o desempenho positivo decorreu de dois fatores principais: (i) ingresso de receitas que não estavam originalmente previstas no orçamento – principalmente para a área da Saúde e (ii) arrecadação superior à estimada em rubricas que já constavam na previsão inicial (IPTU, ITBI, ISS, ICMS, FUNDEB e Dívida Ativa por conta do REFIS). Em seguida, apesentou outro quadro comparativo, analisando somente o comportamento das principais receitas da Prefeitura, ou seja, aquelas que possuem maior peso no orçamento, considerando que a partir delas é possível traçar a tendência da arrecadação e determinar se há alguma providência a ser tomada. Explicou que por se tratar de um grupo de receitas muito importantes, demandam um acompanhamento rigoroso por parte da Administração, a fim de assegurar que o equilíbrio fiscal não seja comprometido, pois quando o planejamento é elaborado, para cada real de receita prevista em orçamento, há um real em despesa sendo avalizada. No quadro são demonstrados os valores programados, os valores arrecadados e o valor da diferença entre eles, diferença esta que quando

positiva resulta em excesso de arrecadação e, quando negativa, em déficit de arrecadação. Nessa apresentação mais detalhada das principais receitas, comentou sobre o grande número de fichas que compõe o orçamento e que devido a extensão dos dados, traz para a audiência apenas as principais receitas. Nesse segmento analisado, foi possível observar na somatória dos resultados um comportamento geral positivo, merecendo destaque o desempenho das receitas de aplicação financeira, o qual se justifica pela alta da taxa de juros para conter o movimento inflacionário. Esclareceu que apesar da situação de déficit em relação à programação apresentada por algumas receitas desse grupo, o que numa análise isolada demandaria a contenção de despesas, também é necessário considerar que outras receitas apresentam resultado positivo superando, no conjunto em análise, a meta proposta, de forma que a Administração não necessitou adotar nenhuma providência durante todo o exercício. Também ressaltou quanto aos valores arrecadados da principal receita da Prefeitura: o ICMS, comparando com os valores previstos e arrecadados em 2024, mencionando as oscilações que ocorrem mensalmente, assim como em relação ao FUNDEB. A representante da Prefeitura enfatizou que a análise de desempenho da principal receita do orçamento municipal, a transferência do ICMS, é de extrema importância e desperta uma segunda preocupação para a Administração, porque seu comportamento está relacionado diretamente com o movimento econômico e por se tratar da receita com maior representatividade na base de cálculo do repasse do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), recurso este que constitui uma grande fonte de financiamento da educação. Explicou que por se tratarem de receitas muito importantes, as receitas como o ICMS e o FUNDEB reclamam um acompanhamento mais atento e constante por parte da Administração a fim de que o equilíbrio fiscal não seja comprometido. Apresentou um quadro semelhante para demonstrar o comportamento da arrecadação do FUNDEB. Na sequência, apresentou os dados da arrecadação e inadimplência do IPTU; e, a evolução do índice de participação do Município no ICMS. Em seguida apresentou as receitas e despesas de capital, demonstrando que foi assegurada a preservação do patrimônio público, considerando que a intenção do demonstrativo é evidenciar se toda a receita de capital foi utilizada para financiar despesas de capital, conforme exigência legal, acrescentando que o valor das despesas de capital inclusive superou em muito o valor das receitas de capital, concluindo, portanto, que o município também investiu receitas correntes para a realização dos investimentos, detalhando os recursos de capital. Posteriormente demonstrou as metas de Resultado Primário e Nominal no âmbito do município. Esclareceu que os Resultados Primário e Nominal são exigidos pela Lei Complementar nº 101/00 (LRF) e que as regras para apuração são ditadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que há diferenças nas metodologias de cálculos de um órgão para o outro, muitas vezes de um ano para o outro e que, portanto, a análise fica prejudicada, considerando que a execução orçamentária em 2025 tem seus dados apurados de acordo com a metodologia vigente, enquanto o planejamento é elaborado no exercício anterior sob as orientações do manual vigente à época. Mencionou que as metodologias divergem em relação ao estágio da despesa considerada (empenhada, liquidada ou paga), aos períodos parciais de apuração considerando que a meta é anual, de forma que dificilmente será atingida no 1º ou 2º quadrimestres, que as informações são dinâmicas principalmente durante a execução orçamentária, que as metas são fixadas em períodos anteriores e considerando-se uma situação de equilíbrio orçamentário, e, por fim, que são fórmulas, e que se as variáveis mudam, os resultados serão outros também, mas que estes resultados somente interferem na consolidação das contas públicas a nível nacional, não possuindo efeito prático nenhum para os municípios, e que em ambas as metodologias constata-se a superação das metas, considerando que para estas metas fiscais haviam sido projetados valores negativos em função da previsão de desembolso da operação de crédito do FONPLATA, que acabou se concretizando somente no final do exercício e com valores inferiores aos planejados, alterando, portanto, os resultados, sem nada comprometer no equilíbrio das contas. Esclareceu que a avaliação das metas definitivas somente se dá no encerramento do exercício e que a meta de Resultado Primário proposta para 2025 é negativa em função da contratação da operação de crédito prevista, pois de acordo com a fórmula, o valor do financiamento é expurgado do total da receita assim como os

rendimentos das aplicações financeiras e que no caso do Resultado Nominal, a meta fica prejudicada, porque as disponibilidades financeiras superam o valor da Dívida Consolidada, não existindo o conceito Dívida Negativa. Passou, então, à apresentação das informações sobre a Gestão Fiscal, que compreende a Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa com Pessoal que representou em 2025, 32,56% da RCL ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (últimos 12 meses) e também sobre a Dívida Consolidada, demonstrando que o município atende a todos os limites impostos pela LRF, detalhando e diferenciando a Dívida Fundada que representa a dívida a longo prazo, constituída dos financiamentos contratados pela Prefeitura e pelo SAAE (posição das parcelas pagas e saldo devedor) e a Dívida Flutuante (curto prazo) e seus montantes, assegurando que há lastro financeiro para o pagamento das obrigações tão logo sejam cumpridos todos os estágios da despesa e seja atingida a data de vencimento. Informou quanto a aplicação do mínimo constitucional em educação que é de 25% e em saúde que é de 15% em função da arrecadação de Impostos e Transferências, tendo o município aplicado percentuais superiores aos mínimos: 29,11% em saúde e 30,45% em educação. Apresentou também um quadro da receita do FUNDEB, comparando os valores de contribuição do município para o fundo e o valor do retorno sempre maior que a retenção, em função do número de matrículas, destacando o repasse das Complementações da União – VAAR (Valor Aluno Ano por Resultados) e ETI (Criação de Matrículas em Tempo Integral), e também demonstrou a utilização total dos recursos recebidos. Ato contínuo, apresentou os dados econômicos, como inflação, taxa de juros, PIB para demonstrar a mudança do cenário econômico que ocorre desde o momento da elaboração do orçamento até a sua execução, tendo o país encerrado o ano com a inflação dentro do intervalo da meta, a taxa de juros em níveis elevados, adiando o início dos cortes para 2026, o PIB dando sinais de desaceleração econômica, desemprego em queda, crescimento da dívida do governo e recuo do dólar quando comparado com o valor no final de 2024, variáveis estas que interferem no desempenho das contas públicas. Finalizou a apresentação com um resumo das metas propostas e realizadas, demonstrando o atingimento e/ou superação das metas fiscais, a obediência a todos os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação, acrescentando que tal situação somente foi alcançada graças a conduta da Administração de bem gerir os recursos públicos, ao adotar como princípios o planejamento, a organização, a direção e o controle, preservando o patrimônio público e assegurando o equilíbrio das contas públicas, ainda que a gestão esteja constantemente sujeita a chuvas e trovoadas. Informou que o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal) são demonstrativos oficiais cuja elaboração e divulgação são exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que habitualmente publicados na Imprensa Oficial do Município - em ambos os formatos: de acordo com as metodologias do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Secretaria do Tesouro Nacional; e, que também são disponibilizados no Portal da Transparência. Por fim, encerrou a sua apresentação reforçando quanto a disponibilização do e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para esclarecimento de dúvidas e sugestões sobre as audiências. Na sequência, o contador Cezar Von Ah, como representante do SAAE, iniciou a avaliação das metas relativas ao 3º quadrimestre de 2025 e do exercício de 2025 da autarquia, demonstrando os valores previstos e arrecadados de receita, segregados de acordo com a sua origem, em: Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Outras Receitas Correntes e Receitas de Capital e Receitas de Serviços Intraorçamentárias, esclarecendo que as principais receitas da autarquia são provenientes das Tarifas de Água e Esgotos e que estas correspondem a 86,13% do total arrecadado no exercício e demonstrando que o resultado do período foi positivo, uma vez que as receitas arrecadadas superaram a previsão, registrando, portanto, um excesso de arrecadação. Em seguida, apresentou as informações da despesa, organizada em valores fixados, empenhados, pagos e a pagar, demonstrando também os suprimentos financeiros e as alterações orçamentárias realizadas. Após, detalhou a execução da despesa paga por quadrimestre e anualizada, segregada por ação, incluindo as transferências financeiras e a movimentação de Restos a Pagar e, por fim, discorreu sobre as disponibilidades financeiras vinculadas e de livre movimentação, encerrando a apresentação quadrimestral da autarquia. A Diretora Financeira, Luciana dos Anjos Silva Fanger,

iniciou a apresentação da FIEC discorrendo sobre a atuação da entidade, citando todo o leque de cursos e de serviços oferecidos pela Fundação e, também, sobre o número de alunos atendidos no 3º quadrimestre de 2025 em cursos técnicos, cursos prestados a empresas, cursos no âmbito do Novotec/EPP - Ensino Profissional Paulista – Governo do Estado de São Paulo, Mediotec, cursos superiores (tecnólogo), cursos de qualificação, cursos de inclusão digital, atendimento solidário, cursos extracurriculares, curso pré-vestibular, programa de inclusão digital, portal do emprego, destacando que em 2025 foram recebidos recursos do Governo Federal para a execução do Programa Mulheres Mil, que será utilizado no exercício de 2026 para a oferta de uma turma do curso de recepcionista de eventos, destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Após, demonstrou as receitas do quadrimestre e acumulada no ano, segregadas em Receita Patrimonial e Receita de Serviços; os Suprimentos Financeiros recebidos da Prefeitura; as disponibilidades financeiras; e, as despesas, destacando os valores previstos para o exercício, os valores pagos no quadrimestre avaliado e os valores a pagar, divididos em despesas com manutenção, pessoal, equipamentos e construção e ampliação, encerrando a apresentação comentando sobre campanha mensal de doação de sangue em parceria com a UNICAMP e seus últimos resultados. Em seguida, o Diretor Financeiro Marcos Rogério Fregate Baraldi, representante do SEPREV, iniciou a apresentação dos resultados do 3º Quadrimestre de 2025, demonstrando as receitas previstas e realizadas tanto no quadrimestre analisado, quanto no exercício de 2025, detalhando os valores pertencentes ao Fundo Previdenciário (FUNPREV) e ao Fundo de Assistência à Saúde (FAS), segregando os recursos advindos das contribuições patronais e dos segurados. Na sequência, o representante do SEPREV apresentou as despesas da autarquia que ficaram abaixo dos valores fixados; a posição financeira e patrimonial da entidade em 31/12/2025, demonstrou através de gráficos a evolução dos recursos, discorreu sobre as reservas financeiras de forma consolidada e explicou que a autarquia conseguiu bons rendimentos no quadrimestre analisado e também no exercício. Em seguida, demonstrou a evolução do patrimônio do FUNPREV e a meta atuarial (rentabilidade necessária para o equilíbrio do plano previdenciário) em gráfico e informou que a meta atuarial para 2025 correspondia a 5,24% mais variação do IPCA, totalizando 9,73%, sendo que obtiveram uma rentabilidade de 13,64%, e, portanto, acima da meta estabelecida. Detalhou as despesas administrativas do FUNPREV e do FAS e as despesas previdenciárias (aposentadorias, pensões, aposentadorias legadas e benefícios). Finalizou a apresentação informando os dados de contato da autarquia (site, e-mail, telefone e endereço) para maiores esclarecimentos. O vídeo da audiência contendo as apresentações das entidades com duração de 2h01min (duas horas e um minuto) foi disponibilizado na data e horário convencionados. Registro que não houve o encaminhamento de dúvidas ou sugestões para o e-mail disponibilizado para tal finalidade no prazo assinalado. Eu, Paula Fernanda Sciamarelli, Secretária Adjunta da Fazenda, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 09 de março de 2026.

PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890

Assinado digitalmente por PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=58379843000120, OU=presencial, CN=PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:15044724890
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.03.09 08:33:19-03'00'
Foxit PDF Reader Enterprise Versão: 2024.2.2